São Paulo • 2023

instituto cultiva

CIDADANIA E PARTICIPAÇÃO SOCIAL

SINESP

Ideb em Foco

O prefeito Ricardo Nunes anunciou a decisão de transferir a gestão das 50 escolas municipais com os piores desempenhos no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) para organizações sociais (OS) ou entidades privadas na cidade de São Paulo. A medida, anunciada como parte de um plano para melhorar a qualidade da educação, foi justificada pela prefeitura como uma forma de "renovar a gestão" e "elevar os índices educacionais" nessas unidades, que apresentaram resultados críticos em avaliações nacionais.


Crédito da imagem:
Secretaria Municipal da Educação (SME)

Segundo as matérias divulgadas, a iniciativa segue um modelo de parceria público-privada, no qual as organizações responsáveis pela gestão receberão recursos públicos para administrar as escolas, mas terão autonomia para implementar métodos pedagógicos, gerir recursos humanos e definir estratégias de ensino. A prefeitura argumenta que essa abordagem já foi testada em outras cidades e países, com resultados positivos.

A argumentação tanto do poder executivo, quanto de uma ala governista do legislativo da cidade de São Paulo usa os Estados Unidos como o grande exemplo das implementações dessas políticas baseadas em testes, porém Diane Ravitch (2011), em seu livro "Vida e Morte do Grande Sistema Escolar Americano", oferece uma análise crítica sobre as políticas educacionais nos Estados Unidos, com foco especial no uso de avaliações de larga escala e seus impactos no sistema educacional.

Ravitch (2011), que inicialmente foi uma defensora de reformas baseadas em padrões e *accountability*[1], revisa suas posições e expõe os efeitos negativos dessas políticas.

☛ [1] *Accountability*, em português, pode ser traduzido como "prestação de contas" ou "responsabilização". No contexto educacional, refere-se a um sistema de políticas e práticas que visam garantir que escolas, professores (as) e gestores (as) sejam responsáveis pelos resultados alcançados pelos (as) alunos (as), geralmente medidos por meio de avaliações de larga escala, como testes padronizados.

Ravitch conclui que as políticas baseadas em avaliações de larga escala e *accountability* não cumpriram a promessa de melhorar a educação. Em vez disso, elas criaram distorções no sistema educacional, prejudicando tanto os (as) alunos (as) quanto os (as) professores (as). Ela defende uma abordagem mais equilibrada, que priorize a equidade, a qualidade e o desenvolvimento integral dos (as) estudantes.

Além disso, essas avaliações padronizadas não consideram que a desigualdade no desempenho educacional entre territórios socialmente vulneráveis e áreas com Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) mais alto é um fenômeno complexo, influenciado por uma série de fatores interligados que vão além da sala de aula e da gestão das escolas. Essas disparidades refletem as condições sociais, econômicas e estruturais em que as comunidades estão inseridas, impactando diretamente o acesso à educação de qualidade e os resultados educacionais.

As disparidades no desempenho educacional entre territórios vulneráveis e áreas com IDH mais alto são resultado de um conjunto de fatores estruturais, sociais e econômicos que vão além do ambiente escolar. Enquanto comunidades vulneráveis enfrentam desafios como violência, falta de infraestrutura, instabilidade familiar e acesso limitado a serviços básicos, áreas mais desenvolvidas oferecem condições que favorecem o aprendizado e o desenvolvimento integral dos (as) estudantes.

Um dos autores que apontam outros impactos do uso dessas avaliações como único critério para propor políticas educacionais critica a padronização excessiva dos currículos e práticas pedagógicas decorrentes dessas avaliações, argumentando que isso limita a autonomia dos (as) educadores (as) e a diversidade de abordagens educacionais. Ele ressalta que "a homogeneização imposta por essas avaliações ignora as particularidades locais e as necessidades específicas dos estudantes, privilegiando uma visão única de qualidade educacional" (Freitas, 2018, p. 78).

Para Freitas (2018), as avaliações de larga escala são frequentemente utilizadas para promover uma cultura de competição e meritocracia, que pode mascarar as desigualdades sociais e econômicas que impactam o desempenho educacional. O autor afirma que "as avaliações de larga escala têm sido utilizadas como mecanismos de accountability, pressionando escolas e professores a atingirem metas que nem sempre refletem a realidade complexa da educação" (Freitas, 2018, p. 45). Além disso, o autor questiona o uso político e econômico dessas avaliações, sugerindo que elas servem mais a interesses de mercado do que ao aprimoramento da educação.



A homogeneização ignora escolas em áreas vulneráveis que muitas vezes carecem de infraestrutura adequada, como salas de aula bem equipadas, bibliotecas, laboratórios e espaços de recreação. Ademais, podem estar localizadas em regiões de risco, como áreas de alagamento ou com alto índice de violência. A violência urbana é um fator crítico que afeta diretamente o desempenho educacional. Em territórios vulneráveis, a exposição à violência (seja nas ruas, seja no ambiente doméstico) gera traumas psicológicos, medo e estresse, prejudicando a concentração e a motivação dos (as) alunos (as). Essa insegurança impacta a frequência escolar, pois muitos (as) estudantes evitam ir à escola por medo de confrontos ou deslocamentos perigosos.

Somados a essas questões, ainda temos os territórios que frequentemente sofrem com a falta de acesso a serviços básicos, como saúde, saneamento e transporte. Há estudantes com problemas de saúde não tratados, como desnutrição, doenças crônicas ou deficiências visuais e auditivas. Com a emergência climática, eventos extremos como alagamentos, tempestades e incêndios são cada vez mais frequentes, o que também impacta diretamente a sala de aula – salas essas que não estão preparadas. Ou seja: além da barreira em chegar à escola ainda tem a sala de aula inadequada que não garante um ambiente que promova o direito à educação.



O Mapa da Desigualdade[2], realizado anualmente pela Rede Nossa São Paulo, é uma ferramenta que evidencia as disparidades socioeconômicas entre os diferentes distritos da cidade de São Paulo. Ele utiliza indicadores como renda, educação, saúde, moradia, violência e acesso a serviços públicos para comparar as condições de vida nas diversas regiões da cidade. Como exemplo, é possível constatar que o distrito de Brasilândia tem escolas com infraestrutura precária e baixos índices de desempenho no Ideb. Outro exemplo é Cidade Tiradentes, uma das áreas com menor renda média, onde uma parcela significativa da população vive em situação de pobreza e vulnerabilidade social.

☛ [2] Fonte: https://www.nossasaopaulo.org.br/campanhas/#13.

Em síntese, a ação de Ricardo Nunes ignora as evidências de que a educação não é uma pasta isolada, e que um resultado insatisfatório em uma avaliação de larga escola não pode ser atrelado diretamente a uma má gestão. Ao contrário disso, argumenta-se aqui que as variáveis sociais relacionadas têm impacto muito mais significativo do que a gestão analisada de forma isolada. Outro ponto de preocupação é a falta de transparência no processo de seleção das organizações que assumirão a gestão das escolas, além da possibilidade de que os métodos adotados priorizem resultados em avaliações em detrimento de uma formação integral dos (as) estudantes. Ainda, não há informações sobre o impacto dessa medida na carreira dos (as) professores (as) e funcionários (as) públicos (as) que atuam nessas unidades.

Dessa forma, a medida fragiliza a educação pública ao transferir a responsabilidade do Estado para a iniciativa privada, além de não garantir que os problemas estruturais das escolas, como falta de infraestrutura e de investimentos, sejam resolvidos. Ainda que houvesse essa garantia, não há como medir a qualidade da educação baseando-se em formas unilaterais de avaliação que desconsideram o meio e suas interferências durante toda a vida do (a) aluno (a).

Referências Bibliográficas

RAVITCH, Diane. **Vida e Morte do Grande Sistema Escolar Americano**: Como os testes padronizados e o modelo de mercado ameaçam a educação. Porto Alegre: Sulinas, 2011.

FREITAS, Luiz Carlos de. **Reforma empresarial da educação**: Nova direita, velhas ideias. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

instituto cultiva

SINESP

SINESP